



# RELATÓRIO & CONTAS

## EXERCÍCIO DE 2019

NOVACÂMBIOS – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

# Relatório & Contas de 2019

## ÍNDICE

<b>I. RELATÓRIO DE GESTÃO</b> .....	3
1. Órgãos Sociais .....	4
2. Factos Relevantes .....	5
3. Contexto Económico e de Mercados .....	6
4. Atividades .....	9
5. Resultados e Situação Financeira.....	13
6. Proposta de Aplicação dos Resultados.....	14
7. Pandemia COVID-19 e Perspetivas .....	15
8. Reconhecimento .....	16
<b>II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS</b> .....	17
Balço.....	18
Demonstração de Resultados.....	19
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	20
Demonstração de Alteração do Capital Próprio .....	21
Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras.....	22
<b>III. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO</b> .....	42



## I. RELATÓRIO DE GESTÃO

---

## 1. Órgãos Sociais

Apresentam-se os membros dos órgãos sociais que se encontram em exercício à data da elaboração deste relatório e contas, mandato 2017-2020.

### Mesa da Assembleia Geral

António Pedro de Sá Alves Sameiro – Presidente

Isabel Maria de Oliveira e Silva – Secretária

### Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha – Presidente com funções executivas

José Carlos da Silva Pereira – vogal com funções executivas<sup>1</sup>

Tânia Mafalda da Silva Viterbo – vogal com funções executivas<sup>2</sup>

Carlos Augusto Rebocho – vogal com funções executivas<sup>2</sup>

Maria Lúcia Ramos Bica – vogal com funções não executivas<sup>3</sup>

### Fiscal Único

DFK & Associados, SROC, Lda, representada por Manuel Lázaro Oliveira Brito – R.O.C.

---

<sup>1</sup> Iniciou funções em maio de 2019

<sup>2</sup> Iniciaram funções em janeiro de 2020, na sequência da renúncia, em junho de 2019, dos anteriores vogais:  
Francisco Rodrigues de Mascarenhas Santos e Miguel Filipe Moreira Couto

<sup>3</sup> Iniciou funções em maio de 2019, em representação do Montepio Geral Associação Mutualista

---

## 2. Factos Relevantes

Assinalam-se os principais eventos, com relevância na vida da instituição, alguns decorrentes de situações de anos anteriores, os quais tiveram implicações no desempenho de 2019 e nas perspetivas estratégicas para o futuro.

### ➤ Alterações na composição do Conselho de Administração

O órgão de administração da Novacâmbios viveu um ano de instabilidade, tendo ocorrido alterações significativas na sua composição, designadamente nos seus membros executivos.

Os membros do Conselho de Administração, eleitos na Assembleia Geral de 13 de agosto de 2018, iniciaram funções em maio de 2019, após os devidos procedimentos de avaliação e registo por parte do Banco de Portugal. Em junho de 2019, renunciaram aos mandatos como vogais com funções executivas o Senhor Francisco Rodrigues de Mascarenhas Santos, que se encontrava em exercício desde janeiro de 2013, e o Senhor Miguel Filipe Moreira Couto, que tinha iniciado funções em agosto de 2018.

Como consequência dessa renúncia, foram eleitos, na Assembleia Geral de 5 de julho de 2019, como novos membros executivos para o Conselho de Administração: Tânia Mafalda da Silva Viterbo e Carlos Augusto Rebocho, que, após os devidos procedimentos de autorização por parte do Banco de Portugal, iniciaram funções em janeiro do corrente ano.

### ➤ Prorrogação, com alteração de condições, do contrato com a ANA Aeroportos

O contrato de licença de ocupação e de exercício da atividade nos aeroportos de Lisboa, Porto e Ponta Delgada, estabelecido entre a Novacâmbios e a ANA Aeroportos em 2014, e que vigorou até julho de 2019, foi prorrogada por um período de 6 meses, de 30/07/2019 a 29/01/2020, mas, após a negociação e a obtenção de condições financeiras, substancialmente mais favoráveis, que permitiram manter a operação nos aeroportos.

### ➤ Mudança de Instalações dos serviços centrais

Por imposição do proprietário, devido à realização de obras no edifício, em Outubro de 2019, os serviços centrais da Novacâmbios, que funcionavam na Av. 5 de Outubro em Lisboa, mudaram de instalações para a Rua Fernando Curado Ribeiro, ao Campo Grande, em Lisboa.

### ➤ Encerramento do processo relativo ao MBO sobre a Ultra, SGPS

Em 11 de Dezembro de 2019, o Conselho de Administração da Novacâmbios foi informado de que tinha sido anulado o contrato de compra e venda, de cerca de 56%, do valor das ações da Ultra, SGPS, relativo ao chamado “processo de MBO” (*Management Buy Out*).

Refira-se que esse contrato e processo, que se arrastou durante os dois últimos anos, originou instabilidade no grupo e uma indefinição estratégica sobre o futuro da Novacâmbios, dado tratar-se de um dos principais ativos da Ultra-SGPS.

### 3. Contexto Económico e de Mercados

Em 2019 a **atividade económica mundial** registou um crescimento de 2,9% o que traduz uma desaceleração face aos 3,6% atingidos em 2018, refletindo o abrandamento da atividade industrial e do comércio internacional.

A **economia dos EUA** cresceu 2,3%, abaixo dos 2,9%, verificados em 2018. Essa evolução deveu-se, essencialmente, à desaceleração do investimento e do comércio, num contexto de fraco crescimento económico mundial e de aumento das tensões comerciais com a China.

Na região da **América Latina**, as economias mantiveram, em 2019, a fraca dinâmica dos últimos cinco anos, tendo o PIB (Produto Interno Bruto) crescido apenas 0,1% no conjunto da região, face aos 1,1% verificados em 2018. Essa evolução continuou a refletir a acumulação de fatores estruturais, como o baixo investimento, a lenta expansão da produtividade e as deficiências das infraestruturas e da educação, a par de fatores cíclicos, como sejam o fraco crescimento da economia mundial, os baixos preços das *commodities* e a agitação social verificada em alguns países. A **economia brasileira** registou um fraco desempenho, com o PIB a crescer apenas 1,1% (1,3%, em 2018), motivado pelo desastre da barragem em Brumadinho, com impacto significativo na indústria extrativa, e pelo efeito conjugado da crise económica na Argentina e da desaceleração económica global, afetando a indústria transformadora e o nível das exportações.

Em **Angola**, a atividade económica registou um decréscimo, de -1,5%, em 2019, acentuando o ciclo recessivo que se tem verificado nos últimos 4 anos, em virtude da persistência do preço do petróleo em níveis inferiores aos verificados até 2014 e do alto endividamento do país. As pressões inflacionistas mantiveram-se durante 2019, com o índice de preços no consumidor a aumentar 17,1%.

Na **Zona Euro**, o PIB registou uma variação real de 1,2%, inferior à observada no ano anterior (1,9%), para o que contribuiu a fraca procura externa e o processo de negociação da saída do Reino Unido da União Europeia (BREXIT), com impacto significativo no nível das exportações.

#### Portugal

Em Portugal, a atividade económica registou um crescimento de 2,2%, em 2019, evidenciando uma desaceleração face a 2018 (2,6%). A moderação do crescimento económico resultou do contributo mais negativo da procura externa líquida em 2019 (-0,6 p.p.), comparativamente a 2018 (-0,4 p.p.), por via da maior desaceleração das Exportações face às Importações e da redução do contributo da procura interna, de +3,1 p.p., em 2018, para +2,7 p.p., em 2019, refletindo o abrandamento do Consumo Privado.

É de salientar que, em 2019, pela primeira vez em democracia, o saldo das contas públicas portuguesas foi positivo, correspondendo a +0,2% do PIB (-0,4% em 2018).

No mercado laboral, a taxa de desemprego diminuiu, de 7,0%, em 2018, para 6,5%, em 2019, dando continuidade à tendência de redução, desde o pico máximo histórico atingido no início de 2013 (17,5%).

De acordo com os dados preliminares do INE, as atividades relacionadas com o turismo continuaram a crescer em 2019 e a ter um impacto significativo na evolução da economia portuguesa. Os estabelecimentos de alojamento turístico registaram 27,0 milhões de hóspedes e cerca de 69,9 milhões

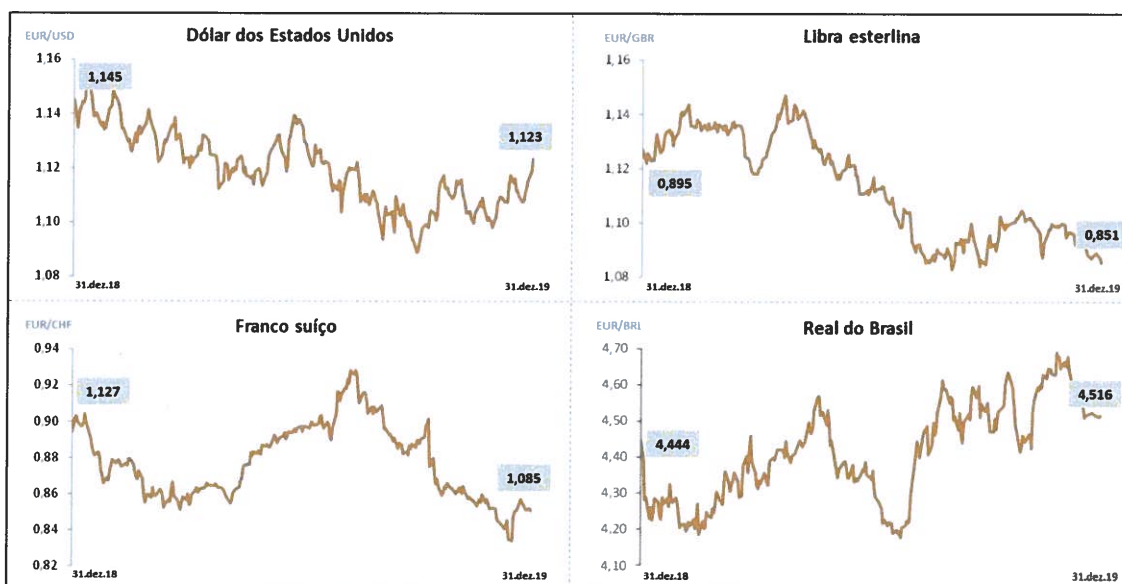
de dormidas, a que corresponderam aumentos anuais de 7,3% e 4,1%, respetivamente (+5,3% e +3,2% em 2018). O mercado interno contribuiu com 21,1 milhões de dormidas (+6,2%, face a 2018) e os mercados externos com 48,8 milhões de dormidas (+3,3% face a 2018). O Reino Unido manteve-se como o principal mercado emissor de turistas em 2019, representando 19,2% das dormidas de não residentes. Os proveitos totais do turismo aumentaram 7,3% (4 277 M€) face a 2018.

## Mercado Cambial

A taxa de câmbio efetiva do euro sofreu uma depreciação, de -1,6%, durante 2019, muito por via do fraco desempenho económico europeu e da incerteza em relação ao BREXIT. O Euro registou depreciações de -1,9% face ao dólar dos Estados Unidos (de 1,145 EUR/USD, no final de 2018, para 1,123 EUR/USD, no final de 2019), de -4,9% face à libra esterlina (de 0,895 EUR/GBR para 0,851 EUR/GBR), e de -3,7% face ao franco suíço (de 1,127 EUR/CHF para 1,085 EUR/CHF).

Em sentido inverso, registaram-se apreciações, de +1,6%, face ao real do Brasil (de 4,444 EUR/BRL para 4,516 EUR/BRL) e, de +51,9%, face ao kwanza angolano (de 353,016 EUR/AOA para 536,261 EUR/AOA), esta última em virtude da forte desvalorização da moeda angolana em 2019, motivada, sobretudo, pela liberalização das taxas de câmbio decretada pelo governo angolano em outubro.

**Evolução das taxas de câmbio do Euro em 2019**



7  
ABK

## Perspetivas

O ano de 2020 está a ser marcado pelo impacto muito negativo da pandemia provocada pelo novo corona vírus e a COVID-19, com especial incidência na aviação e nas atividades relacionadas com o turismo, dadas as restrições na circulação de passageiros e turistas e as medidas de confinamento adotadas por todo o mundo.

De acordo com as previsões do FMI, o impacto desta crise deverá provocar, em 2020, a maior contração da atividade económica mundial desde a Grande Recessão, a que se deverá seguir uma recuperação parcial, embora ainda num quadro de grande incerteza, quanto ao evoluir da pandemia e à necessidade de prolongamento das restrições e medidas de contenção e, quanto ao evoluir da confiança dos agentes económicos.

As previsões do FMI indicam uma contração, de -3,0%, da economia mundial em 2020. Os EUA deverão observar uma contração económica mais significativa, prevista em -5,9%, e o PIB do conjunto da Zona Euro deverá diminuir -7,5% em 2020.

A economia angolana deverá sofrer o impacto da forte descida do preço do petróleo que se verifica desde o início de 2020 e que foi agudizada com a crise pandémica, apesar das reformas estruturais em curso, destinadas a diminuir a dependência da economia das atividades relacionadas com produtos petrolíferos. As previsões indicam que o PIB angolano deverá registar nova quebra, de -1,4%, em 2020.

Para Portugal também está prevista uma significativa redução da atividade económica, em consequência da pandemia do coronavírus, afectando particularmente as atividades relacionadas com o turismo, devido ao estado de emergência e de confinamento, mas também as restantes atividades, o que deverá conduzir a um forte decréscimo do PIB, de -8,0%, em 2020, estando prevista uma recuperação logo em 2021, de +5%, embora num quadro de grande incerteza.



## 4. Atividades

Para desenvolver a sua atividade a Novacâmbios contou, em 2019, com um quadro médio de 185 colaboradores (terminando o ano com 169 colaboradores) e uma rede de 48 balcões assim distribuídos:

Localizações /Distritos/R.A.	Nº balcões
Braga	2
Porto*	7
Aveiro	1
Viseu	1
Coimbra	1
Santarém	1
Lisboa**	24
Setúbal	3
Évora	1
Faro	4
Madeira	1
Açores***	2
<b>Total</b>	<b>48</b>

\*Incluindo 2 lojas no aeroporto Francisco Sá Carneiro - Porto

\*\*incluindo 3 lojas no aeroporto da Portela - Lisboa

\*\*\*incluindo 1 lojas no aeroporto João Paulo II - Ponta Delgada

### ➤ Câmbios

Em 2019, registou-se uma apreciável dinâmica desta atividade, em linha com as condições propícias de mercado, designadamente o aumento do turismo e do comércio, quer na vertente externa quer interna, a qual se traduziu na subida dos proveitos em comissões e margem cambial, de 6%, o que provocou, igualmente, um aumento, de 25%, dos proveitos resultantes dos ATM da Euronet.

### ➤ Transferências (MoneyGram e RealTransfer)

Na qualidade de agentes da Realtransfer e da MoneyGram, verificou-se também um acréscimo das atividades neste domínio, permitindo um aumento dos respetivos proveitos, de 29%, em 2019 face aos obtidos no ano anterior. Para o efeito, teve um papel decisivo a forte implantação da Realtransfer na comunidade brasileira.

### ➤ Sistemas de Informação

A modernização tecnológica, particularmente dos sistemas de informação, tem sido uma área de grande relevância para o desenvolvimento da Novacâmbios Portugal ao longo dos últimos anos, em termos funcionais, de gestão e financeiros. Em 2019, procurou-se prosseguir os desenvolvimentos necessários mas, com a devida otimização do binómio investimentos e custos versus operacionalidade.

No final do primeiro semestre de 2019, ocorreu a mudança do responsável pelo pelouro dos sistemas de informação. Nesse período, foi decidido abandonar o desenvolvimento que esteve em curso nos

dois últimos anos do novo sistema de negócio, designado de NR+, devido aos sucessivos atrasos na sua implementação, previsão incerta da conclusão e exigência de um esforço financeiro incompatível com os recursos/capacidade da empresa.

O segundo semestre do ano foi marcado pelo reforço na segurança da infra-estrutura, no *datacenter* principal e pela redefinição e atualização das políticas de segurança, sistemas de suporte ao negócio e *datacenter* alternativo, passando pela:

- Substituição dos sistemas de *firewall* nos datacenters de Lisboa e Porto;
- Revisão profunda das regras de *firewall* nas agências;
- Reformulação dos acessos VPN;
- Implementação de *proxy* interno para controlo de acessos à internet nas agências;
- Reformulação do sistema de *backup* e aumento da sua capacidade;
- Instalação de sistemas de controlo e monitorização da infra-estrutura informática.

Em 2019 foram registados no sistema de *helpdesk* 804 tickets com pedidos de assistência que foram resolvidos na totalidade.

A modernização das capacidades operativas e o reforço da segurança das mesmas criou melhores condições para o desenvolvimento da atividade digital tendo sido iniciadas, em 2019, conversações com a MoneyGram com o objectivo de desenvolver uma parceria para os envios *on-line*.

Em Dezembro de 2019, foi iniciada, sob a responsabilidade do Banco de Portugal, uma auditoria pela empresa BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., relativamente à adequação aos novos requisitos de reautorização das Instituições de Pagamento e de Moeda Eletrónica, decorrentes da implementação da diretiva DSP2 (Diretiva de Serviços de Pagamento revista). Esta diretiva foi transposta para o ordenamento jurídico nacional através do DL nº 91/2018, de 12 de novembro, e tem em vista a uniformização das condições da prestação de serviços de pagamento no mercado interno da União Europeia. Essa auditoria prosseguiu ao longo dos primeiros meses de 2020, aguardando-se a respetiva conclusão.

### ➤ Sistema de Controlo Interno

No decurso dos anos tem existido, por parte dos vários Conselhos de Administração, a preocupação de dotar as áreas de controlo interno dos instrumentos e recursos necessários, para alcançar objetivos que se traduzam no exercício de boas práticas, para uma correta proteção da empresa perante os vários riscos inerentes à atividade prosseguida.

Práticas que traduzam uma efectiva prevenção no combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, aos riscos do exercício e desempenho das várias áreas, respondendo assertivamente com a implementação de novos procedimentos, de forma a mitigar as insuficiências detectadas, prevenindo-as e afastando-as no futuro.

O sistema de controlo interno, através das unidades de **Compliance, Auditoria Interna e Gestão de Riscos**, são o garante do cumprimento do normativo legal e dos procedimentos internos.

A interação, essencialmente das áreas de Compliance e de Auditoria Interna, na realização de ações de auditoria e de formação é essencial. Tal é verificável, por exemplo, quando das auditorias aos balcões que ocorrem sempre em “conjunto”, permitindo actos de formação *on job*.

Em 2019, destacam-se as seguintes principais ações por área:

- **Compliance**

O Departamento de Compliance procedeu à elaboração e submissão do RPB (Reporte de Prevenção de Branqueamento) respeitante ao ano de 2018. Este reporte foi ainda acompanhado do reporte de QAA (Questionário de Auto Avaliação), que, a partir de 2019, passou a fazer parte integrante do RPB.

No que diz respeito ao dever de exame, foram examinadas 8044 operações durante o ano de 2019. Estas operações incluem clientes singulares e clientes coletivos. De salientar que, durante o período em reporte, foram criadas 163 fichas de novos clientes coletivos.

Por forma a cumprir com o dever de formação, foram ministradas oito ações de formação de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo. Formações estas que foram ministradas pelo responsável de *Compliance* e que tiveram uma duração de 16 horas, em vez das habituais 8 horas.

No decorrer do ano de 2019 foi dada resposta a 43 ofícios das mais diversas entidades. Todos estes processos estão devidamente documentados e arquivados. Também a elaboração dos extractos de clientes, solicitados pelos mesmos, faz parte integrante das funções do Departamento de Compliance e foram 56 os pedidos efectuados durante o período em referência.

No que diz respeito às auditorias, foram efectuadas 22 visitas de Compliance à rede de Balcões.

- **Auditoria Interna**

O Departamento de Auditoria Interna procedeu, em 2019, à elaboração e submissão do RCI (Relatório de Controlo Interno) respeitante ao período compreendido entre 1 de Junho de 2018 e 31 de Maio de 2019.

Foram ainda efetuadas 22 visitas de Auditoria Interna aos balcões e uma auditoria à área de Compliance, por forma a assegurar o cumprimento de todas as normas e regras em vigor.

Cabe ainda ao departamento de Auditoria Interna tratar de todo o processo que envolve as reclamações de clientes, sendo que foram 43 as reclamações recebidas durante o período em reporte. Estas reclamações são submetidas, digitalmente, em local próprio para o efeito e guardadas as originais em arquivo físico.

Por fim, a Auditoria Interna tratou de 120 processos de retenção de numerário, que inclui a comunicação das mesmas à entidade competente (Policia Judiciária).



- **Gestão de Risco**

Durante o ano de 2019, a área de Gestão de Risco apreciou os principais riscos que devem ser considerados na atividade prosseguida pela NovaCâmbios entre eles a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital.

Este conselho de administração tem vindo a aceitar e a implementar todas as recomendações no que releva aos preceitos e formalidades técnicas de requisitos de segurança de sistemas de informação, que são aplicáveis por lei e exigidas pelo Banco de Portugal, investindo e desenvolvendo os seus processos e procedimentos de proteção da informação.

## 5. Resultados e Situação Financeira

Apesar da dinâmica favorável da atividade, os Resultados de 2019 continuaram a refletir as difíceis condições de exploração, decorrentes, principalmente, das obrigações inerentes ao contrato estabelecido com a ANA, em 2014, e que só teve o seu término em julho de 2019, mas que implicou o pagamento de comissões – Provento Mínimo Anual Garantido (PMAG) à ANA, num valor equivalente a 54% do Produto Bancário do ano.

Refira-se que o Conselho de Administração diligenciou junto da ANA a revisão deste PMAG, dado que o mesmo se revelou desfazado da realidade de mercado e de exploração das lojas dos aeroportos, face ao que estava previsto, aquando da celebração do referido contrato, designadamente o PMAG relativo ao 5º e último ano do contrato, diligências que não tiveram sucesso.

Deste modo, o **Produto Bancário** apresentou ainda, em 2019, uma dimensão inferior à dos Custos Operacionais, tendo, no entanto, evidenciado um aumento, de 935 mil euros, equivalente a +26%, face ao ano precedente.

Em 2019, foi dado um foco muito especial à gestão dos custos, à racionalização e melhoria da eficiência, tendo sido delineadas várias medidas de redução dos **Gastos Operacionais**, que se espera concretizar em breve, com impacto favorável na exploração. Os esforços já empreendidos em 2019 permitiram conter a evolução dos Gastos Operacionais, que registaram um pequeno acréscimo total de apenas 1%, de 64 mil euros, com origem na rubrica de Gastos com Pessoal, que aumentou 4%, sendo que os gastos com fornecimentos e serviços externos reduziram-se em -5%.

Apesar de negativo, o **Resultado Operacional** obteve um aumento significativo, de 871 mil euros, em 2019, equivalente a +34,1%, passando de -2 333 mil euros para -1 682 mil euros, derivado do aumento do Produto Bancário, especialmente nas componentes da margem de operações financeiras e das comissões das transferências de dinheiro, a par da referida contenção dos Gastos Operacionais.

Com o impacto positivo, de 331 mil euros, dos Impostos, por via dos diferimentos, o **Resultado líquido do Exercício** foi negativo, de -1 351 mil euros em 2019. Apesar de negativo, salienta-se a melhoria do resultado face a 2018, em 34%.

Principais Rubricas (m€)	2019	2018	Var. m€	Var. %
Produto Bancário	4.526	3.591	935	26,0
Gastos Operacionais	6.209	6.144	65	1,0
Resultado Operacional	-1.682	-2.553	871	34,1
Impostos	331	504	-173	-34,3
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>-1.351</b>	<b>-2.048</b>	<b>697</b>	<b>34,0</b>

Da evolução do **Balço em 2019**, expressa no seguinte quadro, salientam-se os aspectos que seguem.

Principais Rubricas (m€)	2019	%	2018	%	Var. (m€)	Var. %
<b>Activo Líquido, do qual:</b>	<b>6.899</b>	<b>100</b>	<b>6.885</b>	<b>100</b>	<b>14</b>	<b>0,2</b>
- Caixa e Disponibilidades	2.522	37	2.485	36	37	1,5
- Activos Tangíveis	906	13	1.030	15	-124	-12,0
- Outros ativos	1.919	28	2.275	33	-356	-15,7
<b>Passivo, do qual:</b>	<b>4.804</b>	<b>100</b>	<b>3.440</b>	<b>100</b>	<b>1.364</b>	<b>39,7</b>
- Recursos de IC's	1.215	25	735	21	480	65,3
- Outros	3.566	74	2.672	78	894	33,5
<b>Capital Próprio, do qual:</b>	<b>2.094</b>	<b>100</b>	<b>3.445</b>	<b>100</b>	<b>-1.351</b>	<b>-39,2</b>
- Capital Social	1.750	84	1.750	51	0	0

A nível do **Activo líquido** verificou-se uma estabilização do seu valor em 2019, em 6 899 milhares de euros, com apenas +14 mil euros do que em 2018 (0,2%).

Das componentes do ativo salienta-se o aumento dos ativos de liquidez, rubrica de Caixa e Disponibilidades em bancos, em 37 mil euros em 2019 (+1,5% do que em 2018).

Os restantes ativos evidenciaram uma diminuição, tanto a nível dos Activos Tangíveis, de -12%, apesar de um investimento realizado no ano, de cerca de 52 mil euros, como a nível dos Outros Ativos, que registaram, em 2019, um valor 16% inferior ao de 2018.

Relativamente à evolução do **Passivo total** verificou um expressivo aumento, de 39,7% em 2019.

Para este aumento do passivo concorreu o aumento, de 65,3%, dos Recursos de Instituições de Crédito, relativo à contratação de um empréstimo bancário, de 465 mil euros, bem como o acréscimo da rubrica Outros Passivos, de 894 mil euros (+33,5%), que inclui os suprimentos dos accionistas, no valor de 746 mil euros, realizados em outubro de 2019.

O **Capital Próprio** registou uma redução, de -39,2%, decorrente do Resultado Líquido do Exercício negativo de 2019.

## 6. Proposta de Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe à deliberação da Assembleia Geral que o Resultado Líquido do exercício de 2019, no valor de euros -1.351.170,77 euros seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

## 7. Pandemia COVID-19 e Perspetivas

A pandemia, provocada pelo novo corona vírus e a doença por ele provocada – COVID-19, que eclodiu em meados de março do corrente ano de 2020, e as medidas de restrição, emergência e confinamento dela decorrentes, tiveram e, continuam a ter, à data de elaboração deste relatório de gestão, impactos drásticos em muitas áreas da atividade económica, incluindo na atividade da Novacâmbios Portugal.

Em consequência da pandemia COVID-19 a nossa actividade principal, os câmbios, registaram, em março 2020, uma quebra de 40% e, em Abril, de 90%, dos proveitos face aos valores de fevereiro 2020, pré-pandemia.

Face a esta situação, o Conselho de Administração tomou, de imediato, diversas **medidas de mitigação dos impactos e de contingência**, designadamente:

- Implementou o teletrabalho e ações de proteção dos trabalhadores que se mantiveram a trabalhar presencialmente;
- Solicitou à ANA Aeroportos a modificação das condições da licença e a suspensão do pagamento do PMAG previsto na referida licença;
- Solicitou aos proprietários das lojas, em particular dos centros comerciais, a suspensão temporária do pagamento das respectivas rendas/moratórias;
- Solicitou aos bancos (Banco Montepio e Eurobic) a isenção temporária do pagamento de juros e comissões resultantes dos contratos de crédito e garantias bancárias;
- Efetuou a declaração da situação de *lay-off* desde 3 de Abril de 2020.

Esta situação de pandemia e os seus impactos na atividade e na exploração **alteraram completamente as perspetivas anteriores**.

Face ao fecho dos mercados e à quebra imediata e radical das operações e dos proveitos, como referido, na ordem dos 90%, a ação dominante da Gestão tem-se centrado na redução dos custos, por forma a adaptá-los à dimensão dos proveitos, procurando acelerar as medidas anteriormente delineadas, visando a sustentabilidade da Novacâmbios. Um vector determinante das medidas delineadas passa pelo encerramento de balcões e consequente dispensa de colaboradores, estando em curso os estudos necessários para acautelar os devidos impactos.

Ainda na perspectiva do equilíbrio da conta de exploração, está o Conselho de Administração a trabalhar no sentido da rede de balcões comercializar outros produtos, procurando aproveitar o potencial da carteira de clientes existente e satisfazer as suas necessidades.

Apesar das dificuldades inerentes à actual conjuntura, a estabilidade dos órgãos de gestão e a incondicional solidariedade dos accionistas são factores imprescindíveis, de grande confiança e motivação, para enfrentarmos o **maior desafio da história da Novacâmbios Portugal**, que, em 1 de junho de 2020, completou **20 anos de existência**.

## 8. Reconhecimento

Encerramos este documento manifestando o nosso profundo agradecimento a todas as entidades e a todos aqueles que, no decurso do exercício, connosco colaboraram, entre eles:

- o Banco de Portugal;
- o Banco Montepio;
- o Montepio Geral, Associação Mutualista;
- a Ultra SGPS, S.A.;
- a Realtransfer – Instituição de Pagamento, S.A.;
- os nossos colaboradores pelo empenho e dedicação manifestados no quadro das suas funções.

Lisboa, 16 de Junho de 2020

### O Conselho de Administração



José João Gonçalves Rocha



José Carlos da Silva Pereira



Tânia Mafalda da Silva Viterbo



Carlos Augusto Rebocho



Maria Lúcia Ramos Bica



## **II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS ANEXAS**

- **Balanço**
- **Demonstração de Resultados**
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa**
- **Demonstração das Alterações no Capital Próprio**
- **Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras**

## BALANÇO

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.  
Base de reporte: Individual - NIC

Ano: 2019  
Mês: Dezembro

Ano - Atividade Global				
Notas	Valor antes de provisões, imparidades e amortizações	Provisões, imparidades e amortizações	Valor líquido	Ano anterior
	1	2	3 = 1 - 2	4
<b>ACTIVO</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1	2 243 864,31	2 243 864,31	2 028 177,79
Disponibilidades em outras instituições de Crédito	2	278 502,43	278 502,43	457 212,28
Outros Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3	25 317,41	25 317,41	18 082,98
Aplicações em instituições de crédito	4	387 000,00	387 000,00	340 000,00
Outros Ativos tangíveis	5	1 991 277,28	1 085 079,00	1 030 837,78
Ativos intangíveis	6	101 580,50	34 218,60	18 050,00
Ativos por impostos correntes	7	3 564,15	3 564,15	3 650,58
Ativos por impostos diferidos	7	1 068 301,48	1 068 301,48	714 222,26
Outros Ativos	8	1 919 031,33	1 919 031,33	2 275 755,05
<b>Total de Activo</b>		<b>8.018.438,89</b>	<b>1.119.297,60</b>	<b>6.899.141,29</b>
<b>PASSIVO</b>				
Recursos de outras instituições de crédito	9		1 215 052,53	735 000,00
Passivos por impostos correntes	7		22 497,86	32 413,67
Outros passivos	10		3 566 868,81	2 672 682,17
<b>Total de Passivo</b>			<b>4.804.419,20</b>	<b>3.440.095,84</b>
<b>CAPITAL</b>				
Capital	11		1 750 000,00	1 750 000,00
Outras reservas e resultados transitados	12		1 695 892,86	3 744 498,33
Resultado do exercício	22		-1.351.170,77	-2.048.605,47
<b>Total de Capital</b>			<b>2.094.722,09</b>	<b>3.445.892,86</b>
<b>Total de Passivo e Capital</b>			<b>6.899.141,29</b>	<b>6.885.988,70</b>

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo  
Contabilista Certificada N° 93044

*Margarida Cravid de Melo.*

O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha  
José Carlos da Silva Pereira  
Maria Lúcia Ramos Bica  
Tânia Mafalda da Silva Viterbo  
Carlos Augusto Rebocho

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

Ano:

2019

Base de reporte: Individual - NIC

Mês:

Dezembro

Valores em Euros

	Notas / Quadros Anexos	Ano	Ano Anterior
Juros e rendimentos similares	13	518,53	864,17
Juros e encargos similares	13	33.186,54	13.169,62
<b>Margem Financeira</b>	<b>13</b>	<b>-32.668,01</b>	<b>-17.305,45</b>
Rendimentos de serviços e comissões	14	1.604.797,85	1.346.226,55
Encargos com serviços e comissões	15	2.671.872,59	2.840.955,85
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	16	5.599.801,02	5.342.473,64
Outros resultados de exploração	17	26.633,48	-239.062,70
<b>Produto bancário</b>	<b>18</b>	<b>4.526.691,75</b>	<b>3.691.376,19</b>
Custos com pessoal	19	3.892.322,79	3.735.068,42
Gastos gerais administrativos	20	2.111.216,33	2.213.639,93
Amortizações e Depreciações do exercício	21	205.904,76	195.138,82
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>22</b>	<b>-1.682.752,13</b>	<b>-2.553.470,98</b>
Impostos			
Correntes	7 & 22	22.497,86	32.413,67
Diferidos	7 & 22	-354.079,22	-537.279,18
<b>Resultado após impostos</b>	<b>22</b>	<b>-1.351.170,77</b>	<b>-2.048.605,47</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>22</b>	<b>-1.351.170,77</b>	<b>-2.048.605,47</b>

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo  
Contabilista Certificada N.º 93044

*Margarida Cravid de Melo*

O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha  
José Carlos da Silva Pereira  
Maria Lúcia Ramos Bica  
Tânia Mafalda da Silva Viterbo  
Carlos Augusto Rebocho

*José João Gonçalves Rocha*  
*JR*

\* Tânia Viterbo  
\* Carlos Augusto Rebocho  
*AR*

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

Ano : 2019

Base de reporte : Individual - NIC

Mês : Dezembro

	Ano	Ano Anterior
<b>Actividades Operacionais</b>		
Recebimentos de comissões	1.604.797,85	1.346.226,55
Pagamento de comissões	-2.671.872,59	-2.840.955,85
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	-6.003.539,12	-5.949.708,35
Resultados de reavaliação cambial	5.599.801,02	5.342.473,64
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>-1.470.812,84</b>	<b>-2.101.964,01</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-42.329,48	-32.413,67
Outros recebimentos/pagamentos	1.233.311,63	1.358.481,59
<b>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)</b>	<b>-279.830,69</b>	<b>-775.896,09</b>
<b>Actividades de Investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Activos fixos tangíveis	52.071,66	234.697,76
Activos intangíveis	78.505,50	23.075,00
Investimentos financeiros		
Outros activos		
	130.577,16	257.772,76
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento		
Dividendos		
	0,00	0,00
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)</b>	<b>-130.577,16</b>	<b>-257.772,76</b>
<b>Actividades de Financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	480.052,53	235.000,00
Juros e rendimentos similares	518,53	864,17
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
	480.571,06	235.864,17
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares	33.186,54	18.169,62
Gratificações de Balanço		
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
	33.186,54	18.169,62
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)</b>	<b>447.384,52</b>	<b>217.694,55</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>36.976,67</b>	<b>-815.974,30</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>2.485.390,07</b>	<b>3.301.364,37</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>2.522.366,74</b>	<b>2.485.390,07</b>
Diferenças entre a soma dos fluxos e a variação de caixa	0,00	0,00

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo  
Contabilista Certificada Nº 93044

*Margarida Cravid de Melo*

O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha  
José Carlos da Silva Pereira  
Maria Lúcia Ramos Bica  
Tânia Mafalda da Silva Viterbo  
Carlos Augusto Rebocho



## Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais Em 31 de Dezembro de 2019

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							(Em euros)
		Capital realizado	Prémios de Emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Reservas de Reavaliação	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
<b>Posição no Início do Período 2019</b>	<b>1</b>	<b>1.750.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>652.394,32</b>	<b>3.189.608,01</b>	<b>-97.504,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-2.048.605,47</b>	<b>3.445.892,86</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>									
Ajustamentos por impostos diferidos	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>3</b>							<b>-1.351.170,77</b>	<b>-1.351.170,77</b>
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>4 = 2 + 3</b>							<b>-1.351.170,77</b>	<b>-1.351.170,77</b>
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>									
Outras operações - Aplicação Resultados Exercício Anterior	5	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.048.605,47	0,00	2.048.605,47	0,00
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.048.605,47	0,00	2.048.605,47	0,00
<b>Posição no Fim do Período 2019</b>	<b>= 1 + 2 + 3 + 5</b>	<b>1.750.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>652.394,32</b>	<b>3.189.608,01</b>	<b>-2.146.109,47</b>	<b>0,00</b>	<b>-1.351.170,77</b>	<b>2.094.722,09</b>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

**O Responsável pela Contabilidade**

Margarida Cravid de Melo  
Contabilista Certificada Nº 93044

*Margarida Cravid de Melo*

**O Conselho de Administração**

José João Gonçalves Rocha  
José Carlos da Silva Pereira  
Marta Lúcia Ramos Bica  
Tânia Mafalda da Silva Vfenbo  
Carlos Augusto Rebocho





**NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.**

**Notas Explicativas Anexas  
às Demonstrações Financeiras**

**31 de dezembro de 2019**

(Todos os valores apresentados no Anexo estão expressos em Euros, salvo indicação de outra moeda)

---

   
  
22  
SAB. 

## Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31/12/2019

### IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Em Junho de 2012 a sociedade alterou a sua designação social para **NOVACÂMBIOS – Instituição de Pagamento, S.A.**, e foi registada no Banco de Portugal como Instituição de Pagamento já em 2013.

No exercício de 2019 as principais atividades desenvolvidas pela NovaCâmbios foram a compra e venda de moeda estrangeiras, a realização de operações de envios e pagamentos de fundos e a compra de cheques de viagem.

As operações de transferências de fundos foram realizadas não só na qualidade de agentes doutras Instituições de Pagamentos mas também de forma autónoma em plataforma informática própria da empresa.

### I – Comparabilidade

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 são comparáveis com as demonstrações do exercício anterior.

### II - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras - Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos

A Empresa preparou todas as demonstrações financeiras com base nos livros e registos contabilísticos os quais são mantidos de acordo comos princípios definidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS),no âmbito do disposto pela União Europeia através do Regulamento 1606/2002 e na sequência do qual foi publicado o Aviso nº5/2015 de 30 de Dezembro do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, no pressuposto da continuidade das operações.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

#### a) Ativos Tangíveis e Intangíveis

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil prevista.

**b) Especialização dos exercícios**

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio do acréscimo, sendo os rendimentos e os gastos reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

**c) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira**

Todos os Ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2019 publicadas pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou na data do balanço, foram registadas como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados do exercício.

**d) Férias e subsídio de férias**

A empresa regista como gastos de cada exercício, o valor das remunerações devidas por férias e subsídios de férias, bem como os respectivos encargos sociais, pagáveis no ano seguinte a todos os trabalhadores.

**e) Pressuposto da continuidade**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

**f) Classificação dos ativos e passivos não correntes**

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.



**g) Passivos contingentes**

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

**h) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

**i) Eventos subsequentes**

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

**j) Derrogação das disposições**

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição às IFRS.

### III – Principais políticas contabilísticas

**a) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras da NovaCâmbios, SA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

**c) Capital social**

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

**d) Provisões**

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

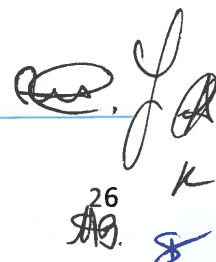
**e) Fornecedores e outras contas a pagar**

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

**f) Financiamentos bancários**

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.



26  
AG. K  
8

**g) Locações**

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

**h) Rédito e regime do acréscimo**

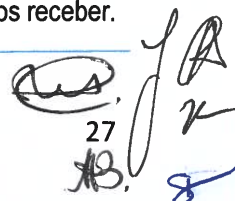
O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

  
27  
AB.

**i) Reconhecimento do rédito em contratos de construção**

A Empresa reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.~

**j) Subsídios**

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

## **IV – Impostos**

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% para a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2016 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas, tendo por base a avaliação da empresa quanto à sua capacidade de gerar no futuro resultados positivos fiscalmente aceites.

## V - Número médio de pessoas ao serviço

Durante o ano de 2019, a empresa teve um efectivo médio anual de 185 trabalhadores ao serviço, terminando o ano com 169 trabalhadores.

## 1. Caixa

Em 31 de Dezembro de 2019, o saldo da conta de caixa era de **2.028.177,79**.

Caixa	Exercício de 2019	Exercício de 2018
Caixa - Moeda Nacional	1.375.875,56	1.132.250,00
Caixa - Moeda Estrangeira	867.988,75	895.927,79
<b>TOTAL</b>	<b>2.243.864,31</b>	<b>2.028.177,79</b>

## 2. Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2019 o saldo da conta de disponibilidades em outras instituições de crédito era de **278.502,43**.

Instituições de Crédito	Exercício de 2019	Exercício de 2018
Depósitos à Ordem Moeda Nacional	250.829,51	433.205,68
Depósitos à Ordem Moeda Estrangeira	27.672,92	24.006,60
<b>Total em Bancos Nacionais</b>	<b>278.502,43</b>	<b>457.212,28</b>

## 3. Outros Ativos Financeiros ao Justo Valor

A 31 de Dezembro de 2019, o saldo nos Outros Ativos Financeiros ao Justo Valor era de **25.317,41**. O valor corresponde ao Fundo de Compensação de Trabalho na íntegra.

## 4. Aplicações em Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2019, o saldo da conta de Aplicações em Instituições de Crédito era de **387.000,00**. Valor Depositado no Montepio Geral, com renovação anual.

## 5. Ativos tangíveis

Referente aos Ativos Tangíveis:

Ativos Tangíveis	Exercício de 2019	Exercício de 2018
Valor Bruto	<b>1.991.277,28</b>	<b>1.939.205,62</b>
Amortizações Acumuladas	1.085.079,00	908.367,84
Valor líquido em 31.12	<b>906.198,28</b>	<b>1.030.837,78</b>
Amortizações do Exercício	176.711,16	192.113,82
Abate Totalmente Amortizado	0,00	1.264.156,75
Abate Não Totalmente Amortizado	0,00	185.048,60
Regularização entre Ativo Tangível e Intangível	0,00	18.000,00
Aquisições do Exercício	<b>52.071,66</b>	<b>256.112,26</b>

## 6. Ativos Intangíveis

Referente aos Ativos Intangíveis:

<b>Ativos Intangíveis</b>	<b>Exercício de 2019</b>	<b>Exercício de 2018</b>
Valor Bruto	<b>101.580,50</b>	<b>23.075,00</b>
Amortizações Acumuladas	34.218,60	5.025,00
Valor líquido em 31.12	<b>67.361,90</b>	<b>18.050,00</b>
Amortizações do Exercício	29.193,60	3.025,00
Regularização entre Ativo Tangível e Intangível	0,00	18.000,00
Aquisições do Exercício	<b>78.505,50</b>	<b>3.075,00</b>

## 7. Ativos por Impostos Correntes e Diferidos, Passivos por Impostos Correntes

O montante estimado de impostos sobre os lucros referente ao exercício de 2019 é de -331.581,36€. Resultante de um Imposto corrente de 22.497,86€ e de um imposto diferido por prejuízo fiscal de 354.079,22 € Durante o ano de 2019 a empresa não efetuou pagamentos por conta.

O Imposto sobre os lucros de **22.497,86 €** é resultante de Tributações autónomas – **Passivo por Impostos Correntes**

Em 2019 a empresa reconheceu um Ativo Diferido referente ao prejuízo fiscal desse ano. A matéria colectável é de 1.686.091,51€ que aplicando uma taxa de 21% dá o valor de 354.079,22€. O valor apresentado serve de memória e de reconhecimento contabilístico. Este ajustamento foi feito devido à expectativa de vir a ter lucros para recuperar os montantes em causa.

O valor de **3.564,15€** de **Activos por Impostos Correntes** é relativo a:

- Pagamento Especial por Conta de IRC de **3.434,52€**
- Retenções na fonte de **129,63€**

O valor total de **1.068.301,48€** de **Activos por Impostos Diferidos** é relativo aos seguintes períodos:

- 2016 – 176.943,08€
- 2018 – 537.279,18€
- 2019 – 354.079,22€

## 8. Outros Ativos

Outros Ativos	Exercício de 2019	Exercício de 2018
<b>Outros Ativos:</b>		
<b>Conta 31 - Devedores de Outras Aplicações</b>	<b>1.550.080,96</b>	<b>1.593.305,28</b>
<b>Devedores por Processos Judiciais</b>	<b>173.376,79</b>	<b>173.376,79</b>
- Processo – 111/08.4	16.780,69	16.780,69
- Processo – 880/14.2	550,00	550,00
- Processo – 221/17.7	152.548,10	152.548,10
- Processo – 1038/17	3.498,00	3.498,00
<b>Outros Devedores - Valores a receber</b>	<b>1.072.713,62</b>	<b>172.636,37</b>
- Nacionais	1.000.000,00	151.447,75
- Estrangeiros	72.713,62	21.188,62
<b>Outros Devedores - Valores a receber</b>	<b>303.990,55</b>	<b>1.247.292,12</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS DE VALORES</b>		
- MoneyGram	30.902,08	29.061,76
- RealTransfer Portugal	42.886,62	35.042,42
- Goo Transfer	2.632,18	0,00
- NC Angola	214.379,41	1.109.171,32
- NC Namíbia	513,89	1.036,65
- BCI / PFS	12.751,37	72.975,97
<b>Conta 33 - Rendimentos a Receber</b>	<b>12.387,41</b>	<b>10.486,38</b>
- Euronet – ATM's	12.387,41	10.486,38
<b>Conta 34 - Despesas com Encargo Diferido</b>	<b>356.562,96</b>	<b>557.309,06</b>
- Credores e outros recursos	12.272,48	15.589,21
- Seguros	10.198,27	9.989,36
- Rendas	134.092,21	131.730,49
- Caução Euronet	200.000,00	400.000,00
<b>Conta 54 – Outras Contas de regularização</b>	<b>0,00</b>	<b>114.654,33</b>
- Operações Ativas a regularizar	0,00	107.663,30
- Outras contas a regularizar – Falhas	0,00	6.991,03
<b>TOTAL</b>	<b>1.919.031,33</b>	<b>2.275.755,05</b>




## 9. Recursos de Outras Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2019, o montante registado era de **1.215.052,53** referente a recursos obtidos pelas seguintes instituições de crédito:

Recursos de OIC	Exercício de 2019	Exercício de 2018
Banco Montepio Geral – Empréstimo	465.052,53	0,00
Banco Montepio Geral – Conta Caucionada	500.000,00	485.000,00
Banco BIC – Conta Caucionada	250.000,00	250.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.215.052,53</b>	<b>735.000,00</b>

## 10. Outros Passivos

Outros Passivos	Exercício de 2019	Exercício de 2018
<b>Conta 51 – Credores e Outros Recursos</b>	<b>3.030.392,08</b>	<b>1.626.017,26</b>
<b>Credores ao Sector Público Administrativo</b>	<b>109.255,21</b>	<b>95.638,44</b>
- Retenções de Impostos na fonte	32.543,91	31.419,96
- Contribuições para a Segurança Social	76.047,85	64.218,48
<b>Cobranças de Terceiros</b>	<b>2,31</b>	<b>0,00</b>
- Penhora de Vencimentos	2,31	0,00
<b>Credores Diversos</b>	<b>2.921.134,56</b>	<b>1.530.378,82</b>
- Credores - Fornecedores Residentes	1.539.843,59	777.721,44
- Credores - Estrangeiros	0,00	10.661,97
<b>- Outros Credores</b>	<b>1.381.290,97</b>	<b>537.389,69</b>
- <b>Outros Credores - ACCIONISTAS</b>	<b>745.882,00</b>	<b>0,00</b>
- ULTRA – SGPS, SA	445.882,00	0,00
- Associação Mutualista MONTEPIO GERAL	300.000,00	0,00
- <b>Outros Credores - TRANSFERÊNCIAS DE VALORES</b>	<b>624.747,00</b>	<b>537.389,69</b>
- MoneyGram	53.805,13	32.947,47
- RealTransfer	570.941,87	503.762,63
- NCAngola	0,00	179,59
- <b>Outros Credores - Valores a pagar a Clientes</b>	<b>10.661,97</b>	<b>0,00</b>
- NCPortugal	10.661,97	0,00
<b>Conta 52 – Encargos a pagar</b>	<b>408.022,81</b>	<b>985.408,35</b>
- Juros a pagar	2.508,34	0,00
- Férias, Subs. de Férias, Enc. Sociais	384.184,21	313.317,13
- Ordenados a pagar	21.330,26	558,69
- Fornecimentos e Serviços de Terceiros a pagar	25.588,56	627,28
- Outros encargos a pagar	0,00	24.572,96
- Outros encargos a pagar ANA-Aeroportos	20.028,02	646.332,29
<b>Conta 53 – Receitas com Rendimento Diferido</b>	<b>0,00</b>	<b>53.999,99</b>
- Receitas com Rendimento Diferido - MoneyGram	0,00	53.999,99
<b>Conta 54 – Outras Operações a Regularizar</b>	<b>128.453,92</b>	<b>7.256,57</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.566.868,81</b>	<b>2.672.682,17</b>



33  
HB 8

## 11. Capital

Em 31 de Dezembro de 2019, o capital social, de **1.750.000,00** encontrava-se integralmente subscrito e realizado.

As entidades detentoras do capital social da Nova Câmbios são as seguintes:

- ULTRA – SGPS, SA	69,94%
- Montepio Geral – Associação Mutualista	30,00%
- Outros Accionistas	0,06%

## 12. Outras Reservas e Resultados Transitados

Outras Reservas e Resultados Transitados	Exercício de 2019	Exercício de 2018
Reserva Legal	652.394,32	652.394,32
Reservas Livres	3.189.608,01	3.189.608,01
Resultados Transitados	(2.146.109,47)	(97.504,00)
<b>TOTAL</b>	<b>1.695.892,86</b>	<b>3.744.498,33</b>

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em Maio de 2019, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 com um resultado líquido negativo de **2.048.605,47€**, tendo sido deliberado a transferência da totalidade para Resultados Transitados.

## 13. Juros e Encargos Similares

Os custos desta natureza, em 2019, foram os seguintes:

Juros e Encargos Similares	Exercício de 2019	Exercício de 2018
Juros de Empréstimos	0,00	0,00
Juros de Conta Corrente Caucionada	23.459,71	2.318,10
Juros de Fornecedores	9.726,83	15.851,52
<b>TOTAL</b>	<b>33.186,54</b>	<b>18.169,62</b>
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de Depósitos a Prazo	518,53	864,17
<b>TOTAL</b>	<b>518,53</b>	<b>864,17</b>
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>-32.668,01</b>	<b>-17.305,45</b>

#### 14. Rendimentos de Serviços e Comissões

Os rendimentos de serviços e comissões do ano de 2019 foram os seguintes:

Rendimentos de Serviços e Comissões	Exercício de 2019	Exercício de 2018
Transferência de Valores	1.057.200,04	862.706,42
Comissões na Compra e Venda de Moeda	282.947,18	271.491,95
Comissões por Operações em ATM - Euronet	246.230,94	196.457,51
Outras Comissões	18.419,69	15.562,67
<b>TOTAL</b>	<b>1.604.797,85</b>	<b>1.346.226,55</b>

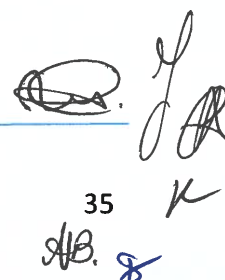
#### 15. Encargos com serviços e comissões

COMISSÕES	Exercício de 2019	Exercício de 2018
Comissões por Garantias Bancárias	47.485,42	41.029,89
Comissões por operações bancárias	51.826,12	69.118,75
Comissões da ANA-Aeropostos	2.446.033,10	2.643.898,92
Outras Comissões	126.527,95	86.908,29
<b>TOTAL</b>	<b>2.671.872,59</b>	<b>2.840.955,85</b>

#### 16. Resultados de Reavaliação Cambial

Em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica de Resultados de Reavaliação Cambial em Operações Financeiras apresentava um saldo de **5.599.801,02€**.

Resultados de Reavaliação Cambial	Exercício de 2019	Exercício de 2018
Ganhos em Operações Financeiras	5.784.285,56	5.377.724,20
Perdas em Operações Financeiras	184.484,54	35.250,56
<b>Margem de Operações Financeiras</b>	<b>5.599.801,02</b>	<b>5.342.473,64</b>
Margem em Notas	5.588.530,56	5.256.570,49
Margem nas Transferências de Dinheiro	0,00	(1.839,61)
Margem em Divisas	10.682,47	78.454,68
Outras Diferenças Cambiais	587,99	(711,92)
<b>Margem Total</b>	<b>5.599.801,02</b>	<b>5.342.473,64</b>



35  
AB. 8



## 17. Outros Resultados de Exploração

Em 31 de Dezembro de 2019, a composição das rubricas a seguir indicadas eram as seguintes:

<b>Outros Resultados de Exploração</b>	<b>Exercício de 2019</b>	<b>Exercício de 2018</b>
- Outros Encargos e Gastos Operacionais	19.456,62	241.950,06
- Outros Impostos	21.193,24	1.562,32
- Outros Rendimentos e Receitas	67.283,34	4.449,68
<b>Outros Resultados de Exploração</b>	<b>26.633,48</b>	<b>(239.062,70)</b>
<b>Conta 72 - Outros Encargos e Gastos Operacionais</b>	<b>19.456,62</b>	<b>241.950,06</b>
- Quotizações e Donativos	10.391,30	12.717,18
- Outros Encargos e Gastos	5.644,70	229.211,97
- Multas e Outras Penalidades	3.420,62	20,91
<b>Conta 75 – Outros Impostos</b>	<b>21.193,24</b>	<b>1.562,32</b>
- Imposto do Selo s/ Transferências	17.904,73	63,28
- Outros Impostos do Selo	2.415,75	0,00
- IUC-Imposto Único de Circulação	492,45	486,52
- IMI-Imposto Municipal sobre Imóveis	195,67	307,69
- Taxas	184,64	704,83
<b>Conta 84 - Outros Rendimentos e Receitas</b>	<b>67.283,34</b>	<b>4.449,68</b>
- Reembolso de Despesas	30,52	668,91
- Reembolso de Subsídio de Baixa de Pessoal	0,00	3.780,77
- Outros Rendimentos e Receitas	67.252,82	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>26.633,48</b>	<b>(239.062,70)</b>

## 18. Produto Bancário

	<b>Exercício de 2019</b>	<b>Exercício de 2018</b>
Margem Financeira	-32.668,01	-17.305,45
Rendimento de Serviços e Comissões	1.604.797,85	1.346.214,55
Encargos com serviços e comissões	-2.671.872,59	-2.840.943,85
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	5.599.801,02	5.342.473,64
Outros resultados de exploração	26.633,48	-239.062,70
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>4.526.691,75</b>	<b>3.591.376,19</b>



  
 36  
 AB. 8

## 19. Custos com Pessoal

Os custos com pessoal em 2019 tem a seguinte composição:

<b>CUSTOS COM PESSOAL</b>	<b>Exercício de 2019</b>	<b>Exercício de 2018</b>
- Remunerações	2.135.003,43	2.409.544,38
- Encargos Sociais s/ Remunerações	622.012,41	529.242,07
- Cedência de Pessoal	314.963,31	474.146,78
- Fundo de Compensação de Trabalho	669,92	1.595,56
- Subsídio de Refeição	247.532,29	216.791,61
- Subsídio de Férias e Subsídio de Natal	319.758,43	420.579,99
- Subsídio de Transporte	46.131,66	50.479,38
- Seguro de Acidentes de Trabalho	20.683,38	22.558,26
- Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho	5.231,50	5.661,02
- Seguro de Saúde	76.682,40	315,82
- Seguro de Viagem	1.225,50	2.687,50
- Indemnizações Contratuais	9.180,29	15.608,84
- Outros Custos com o Pessoal	93.248,27	7.437,20
<b>TOTAL</b>	<b>3.892.322,79</b>	<b>3.736.068,42</b>

## 20. Gastos Gerais Administrativos

Em 31 de Dezembro de 2019, os gastos gerais administrativos totalizaram **2.111.216,33**, repartindo-se da forma a seguir indicada:

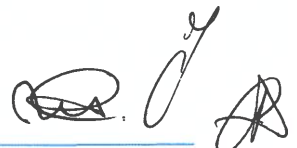
<b>GASTOS GERAIS - FORNECIMENTOS</b>	<b>Exercício de 2019</b>	<b>Exercício de 2018</b>
- Água, Energia e Combustível	90.319,50	86.726,82
- Material de Consumo Corrente	16.660,72	13.293,93
- Material para Assistência e Reparações	16.376,75	55.431,71
- Publicações	110,00	108,00
- Material de Higiene e Limpeza	5.565,91	3.472,71
- Outros Fornecimentos	163,93	2.410,76
<b>Sub-total Gastos Gerais com Fornecimentos</b>	<b>129.196,81</b>	<b>161.443,93</b>

<b>GASTOS GERAIS - SERVIÇOS</b>	<b>Exercício de 2019</b>	<b>Exercício de 2018</b>
- Rendas, Cedências de Espaços e Condomínios	1.141.782,17	1.112.533,62
- Alugueres	72.941,10	68.305,20
- Comunicações	63.097,33	76.639,27
- Deslocações e Estadas no País	31.443,91	28.003,27
- Ajudas de Custo no País	8.152,17	6.653,34
- Despesas de Alojamento no País	10.084,20	10.946,49
- Deslocações e Estadas no Estrangeiro	20.550,86	58.612,77
- Ajudas de Custo no Estrangeiro	60.972,00	85.585,00
- Despesas de Alojamento no Estrangeiro	6.137,72	10.946,49
- Despesas de Representação	18.298,99	15.658,69
- Edição de Publicações	0,00	735,54
- Brindes	14.716,62	28.541,10
- Publicidade	66.422,24	110.684,08
- Patrocínios	10.959,50	8.971,50
- Conservação e Reparação	46.798,12	65.490,73
- Transportes	4.818,48	2.312,13
- Formação Profissional	1.173,20	1.625,50
- Seguros	16.410,89	17.906,43
- Avenças e Honorários	179.877,94	112.074,90
- Serviços Judiciais, Contencioso e Notariado	2.523,80	0,00
- Serviços Informáticos	81.494,19	108.367,38
- Vigilância e segurança	62.076,11	58.700,16
- Serviços de Limpeza	42.339,13	37.900,18
- Impressos Tipográficos	4.386,27	0,00
- Banco de Dados	1.722,00	0,00
- Outros Serviços de Terceiros	12.840,59	34.709,27
<b>Sub-total Gastos Gerais com Serviços</b>	<b>1.982.019,52</b>	<b>2.052.196,00</b>
<b>TOTAL GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS</b>	<b>2.111.216,63</b>	<b>2.213.639,93</b>

## 21. Amortizações e Depreciações do Exercício

Durante o exercício de 2019, foram efetuadas as seguintes Amortizações do Activo Intangível e Tangível:

<b>AMORTIZAÇÕES E REINTEGRAÇÕES</b>	<b>Exercício de 2019</b>	<b>Exercício de 2018</b>
- Depreciações de Ativos Intangíveis (Incorpóreo)	29.193,60	3.025,00
- Amortizações de Ativos Tangíveis (Corpóreo)	176.711,16	192.113,82
<b>TOTAL</b>	<b>205.904,76</b>	<b>195.138,82</b>



## 22. Resultado Antes de Impostos

Em 31.12.2019 a sociedade apresentou um RAI - Resultado Antes de Imposto negativo de **1.682.752,13€**, e um RLE-Resultado Líquido do Exercício Negativo de **1.351.170,77€**

No entanto nos últimos três anos a sociedade apresentou os seguintes resultados:

Exercício de 2019		Exercício de 2018		Exercício de 2017	
<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>-1.682.752,13</b>	<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>-2.553.470,98</b>	<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>125.657,51</b>
Resultado Líquido de Exercício	<b>-1.351.170,77</b>	Resultado Líquido de Exercício	<b>-2.048.605,47</b>	Resultado Líquido de Exercício	<b>91.840,64</b>
Resultado Fiscal - Matéria Coletável	-1.705.249,99	Resultado Fiscal - Matéria Coletável	-2.585.884,65	Resultado Fiscal - Matéria Coletável	-287.973,69
Imposto Corrente	22.497,86	Imposto Corrente	32.413,67	Imposto Corrente	33.816,87
Imposto Diferido	-354.079,22	Imposto Diferido	-537.279,18	Imposto Diferido	0,00

## 23. Compromissos e Contingências

Em 31 de Dezembro de 2019 a sociedade tem as seguintes garantias bancárias:

Banco	Loja	Valor
Montepio	Nova Arcada	23.259,69
	Aeroportos	955.882,00
	Amoreiras	60.164,92
	S.Bento/Quiosque	10.332,00
	Monte Abraão	7.859,90
	Mercês	2.903,09
	Cacém	2.774,65
	Amadora	2.682,16
	Aveiro 2	12.000,00
	Braga	13.500,00
	Gare do Oriente	31.487,66
	Cascais Shopping	53.809,82
	Coimbra	17.026,55
	Conta Caucionada	485.000,00
BIC	Colombo 1	133.353,36
	Colombo 2	44.116,00
	Arrábida Shopping	32.616,64
	Norte Shopping	66.676,00
	Conta Caucionada	250.000,00
		<b>2.205.444,44</b>

## 24. Partes Relacionadas

Os saldos e transacções entre as empresas do grupo do ano de 2019, foram realizados com base nos preços de mercado, foram praticadas as mesmas regras aplicadas aos fornecedores/clientes:

### Movimentos efectuados entre empresas do Grupo - 2019

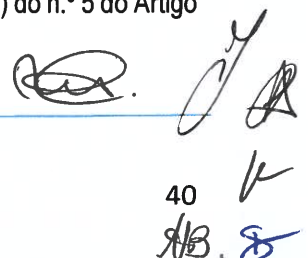
Empresa	Saldo a 31-12-2018	Varição	Saldo a 31-12-2019	Custos	Proveitos
NC Namibia	1.036,65	- 522,76	513,89	2.040,90	-
NC Cuba	21.188,62	11.525,00	32.713,62	-	-
RT Portugal	- 468.172,46	996.227,71	528.055,25	-	453.289,74
NC Angola	1.109.171,32	- 894.791,91	214.379,41	-	23.515,48
Ultra SGPS	150.000,00	850.000,00	1.000.000,00	-	-
Ultra Serviços	- 124.925,20	502.249,03	377.323,83	638.437,95	-
Ultra Viagens	4.038,00	8.406,02	12.444,02	40.884,66	-
NC França	-	40.000,00	40.000,00	-	-

## 25. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Embora sem relevância nas contas do exercício findo em 2019, é de relatar que, durante a elaboração das presentes demonstrações financeiras, do respectivo anexo e do relato de gestão, a pandemia mundial derivada do novo coronavírus, que provoca a doença designada COVID-19, levou os governos dos diversos países, incluindo do nosso, a declarar a situação de emergência e de calamidade públicas e à tomada de medidas de restrição e confinamento, originando uma drástica redução e, mesmo interrupção, de muitas atividades económicas, designadamente ao encerramento dos aeroportos, das viagens, do turismo e do comércio.

Esta situação teve um grande impacto na empresa, originando uma quebra significativa da atividade, especialmente a partir de março de 2020, o que levou à implementação de um plano de contingência, incluindo medidas de mitigação dos impactos provocados pela pandemia, entre as quais a declaração da situação de *lay-off* em abril de 2020, com o intuito de proteger os postos de trabalho, dada a significativa quebra da atividade. Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.



40  
AB. 8



## 26. Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro, a Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2019, a Empresa não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o n.º de acções próprias detidas em 31 de Dezembro de 2019.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do mencionado diploma legal.

Lisboa, 16 de junho de 2020

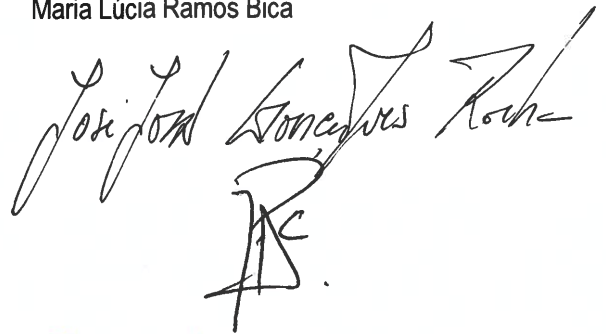
### O Responsável pela Contabilidade



Margarida Cravid de Melo  
Contabilista Certificada N.º 93044

### O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha  
José Carlos da Silva Pereira  
Tânia Mafalda da Silva Viterbo  
Carlos Augusto Rebocho  
Maria Lúcia Ramos Bica



Tânia Viterbo  
Carlos Augusto Rebocho  
ABica

### III. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**NOVACÂMBIOS – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, SA**

**REVISÃO LEGAL DAS CONTAS**

**EXERCÍCIO DE 2019**

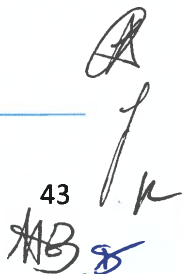
Lisboa Rua Ferreira Lapa nº 16- B | 1150-158 Lisboa – Portugal | T.+ 351 213 243 490 | F. + 351 213 420 148 | [dfk.lisboa@dfk.com.pt](mailto:dfk.lisboa@dfk.com.pt)  
Faro Rua Dr. Manuel de Arriaga , nº23-A | 8000-334 Faro – Portugal | T. + 351 289 805 544 | F. + 351 289 801 330 | [dfk.faro@dfk.com.pt](mailto:dfk.faro@dfk.com.pt)

[www.dfk.pt](http://www.dfk.pt)

DFK & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda | NIPC e Matrícula na CRC de Lisboa | 504012681 | Capital Social de Euros 400 000€

Inscrição na OROC nº 149 | Inscrição na CMVM nº 20161460  
An Independent Member Firm of DFK International

43  
AB.8



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da *Novacâmbios – Instituição de Pagamento, SA* (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019, (que evidencia um total de 6.899.141 euros e um total de capital próprio de 2.094.722 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.351.171 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da *Novacâmbios – Instituição de Pagamento, SA* em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

## Ênfase

Conforme referido no relatório de gestão e no anexo às demonstrações financeiras, a pandemia da doença Covid-19, conduziu a que a Entidade implementasse um plano de contingência com o objetivo de minimizar os impactos do surto quer na sua organização quer na sua situação financeira a curto prazo. Na presente data existe uma grande incerteza quanto aos eventuais impactos que esta situação possa provocar na Entidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

## Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

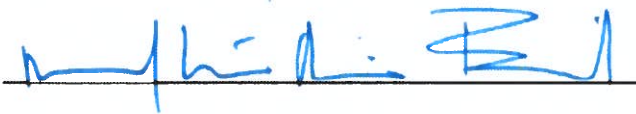
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 17 de junho de 2020



**Manuel Lázaro Oliveira Brito em representação de  
DFK & Associados, SROC, Lda**

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2019, a atividade da *Novacâmbios – Instituição de Pagamento, SA*, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, as notas anexas e o relatório de gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da posição financeira e dos resultados da Entidade e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

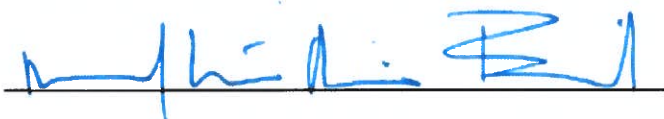
Assim, somos de parecer:

**Primeiro** - Que sejam aprovados o relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e as Notas Anexas apresentados pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

**Segundo** - Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Lisboa, 17 de junho de 2020

O FISCAL ÚNICO



**Manuel Lázaro Oliveira Brito em representação de  
DFK & Associados, SROC, Lda**